



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17759 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: TRAJETÓRIA PERCORRIDA NA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Constantino Maia da Silva Júnior - UECE - Universidade Estadual do Ceará

José Ernandi Mendes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Alba Regina Andrade Mendes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Funcap - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: TRAJETÓRIA PERCORRIDA NA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais das pessoas com deficiência emergem da necessidade de reconhecimento da cidadania, da luta por espaços, por direitos e por participação ativa em processos de redemocratização da sociedade brasileira. Desta forma, evidencia-se uma identidade de uma parte significativa da população que luta na contramão da lógica de funcionamento e dos interesses da sociedade capitalista e opressora.

Este trabalho busca evidenciar o protagonismo das pessoas com deficiência no Brasil, na luta pela construção da cidadania e participação democrática em um período de intolerância e sectarismo social. Elaborado sob uma abordagem metodológica qualitativa, o trabalho é o resultado de uma pesquisa bibliográfica, teórica e documental, na qual realizamos uma síntese dos marcos históricos do movimento, apresentamos a elaboração de políticas de proteção social, relatos e depoimentos dos militantes de alguns movimentos no Brasil.

Percebe-se, portanto, que a partir da influência internacional, somente nas décadas dos anos de 1970 e 1980 o movimento das pessoas com deficiência adquire visibilidade e se

expande no território brasileiro, resultante da convergência histórico-dialética da emersão de políticas sociais e de maior organização da sociedade civil.

Para compreensão do contexto que resulte na proeminência do movimento de pessoas com deficiência, faz necessário expor os mecanismos da sociedade, sobretudo o lugar do estado como palco tanto das políticas quanto da existência de movimentos sociais. O filósofo italiano Antônio Gramsci, ancorado nas ideias do filósofo Karl Marx, propõe uma ampliação das ideias do Estado, e para isto considera a existência de duas partes que o compõe: a sociedade política e a sociedade civil.

Os portadores materiais da sociedade política são aparelhos repressivos do Estado, cujo controle é realizado pelas burocracias executivas e policial-militar; já na sociedade civil, os portadores materiais são denominados como aparelhos privados da hegemonia, os quais possuem uma certa autonomia em relação a sociedade política. É justamente essa independência material que marca o fundamento ontológico da sociedade civil e que, ao mesmo tempo, a distingue como esfera estrutural e legalidade próprias e mediadora entre a estrutura econômica e o Estado-coerção (SIMIONATTO,1999, p.69).

Os portadores materiais na sociedade política estão sob a dominação do Estado-coerção (detentor do monopólio) que se utiliza de um controle violento e autoritário. Já na sociedade civil, as ideias transitam e se debatem em práticas e em contradições, através dos organizadores/formadores das ideologias, que são compreendidos como espaços sociais de atuação civil, como o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os movimentos sociais etc.

É notório perceber que durante a ascensão dos movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência, também se debatia sobre os paradigmas dos movimentos sociais correlacionados a sua conceituação, visto que os paradigmas ainda se mantinham presos a uma dimensão fundamentalmente econômica não davam conta da complexidade e diversidade de movimentos sociais existentes. Este movimento de reconceituação, que passa a enxergar especificidades como a insatisfação e a resistência das pessoas com deficiência, evidencia novos sujeitos sociais como atores da transformação social.

Maria da Glória Gohn, desenreda sobre dois tipos de movimentos sociais, sendo eles: o primeiro, de caráter conservador, contra emancipatório, egocêntrico, intolerante, antidemocrático e manipulador da vontade coletiva, e o segundo, associado a perspectivas progressistas, que partem de realidades concretas para formulação de propostas sociais, articuladas em rede, identificadas como ações coletivas e de resistência.

[...] eles constituem e desenvolvem o chamado empoderamento dos atores sociais da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para atuar em rede. As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral (GOHN, 2007, p. 15)

Desta forma, compreende-se que os movimentos sociais das pessoas com deficiência,

configuram-se como um movimento contemporâneo, que busca legitimar junto a sociedade civil um movimento de resistência, protagonizado por atores sociais marginalizados que buscam em sua luta a construção de processos democráticos e a potencialização e aplicabilidade das políticas sociais.

Identidade do movimento social da pessoa com deficiência

Diferente de outros grupos sociais, é imprescindível perceber que o movimento social das pessoas com deficiência, apresenta em suas características a diversidade como uma das suas identidades (CARVALHO, 2012). Considerado como a maior das minorias, este grupo é heterogêneo, com necessidades compartilhadas e individuais.

O alavanque do movimento se dá no entremeio de um jogo entre identidade e diferença. Desta forma, fica condicionado a inclusão ou exclusão no sentido de pertencimento da sociedade. Classificar é necessário e se justifica para o aprimoramento do entendimento, porque é “um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes [...] as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade” (Silva, 2000, p.82).

Neste sentido, Silva (2000) expõe dialeticamente a relação entre diferença e identidade, e o quanto o poder incide sobre ela:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (2000, p.81)

Nesse contexto, a luta central do movimento social das pessoas com deficiência é pelo reconhecimento da sua identidade e não apenas das suas diferenças. Visto que, existe uma ligação direta entre a identidade com as relações de poder. Neste cenário, o movimento ganha forças, pois o reconhecimento cidadão está inteiramente vinculado aos pressupostos de identidade e os interesses comuns da sociedade.

A luta pelo reconhecimento da sua identidade, fez com que o movimento social das pessoas com deficiência conseguisse êxito e fosse reconhecida e validada sua legitimidade por meio de políticas sociais destinadas a este grupo. O reconhecimento se consolida por meio de todo o processo de construção da cidadania, participação democrática e efetiva luta da sociedade civil.

As memórias coletivas de um grupo afloram o sentimento de identidade e

pertencimento proporcionando a confiança na força, na luta coletiva, e de forma individual, no empoderamento do eu legítimo, assim como afirma Vera Candau:

A memória coletiva, reafirma sua força de transmissão, pois, para continuar a recordar, é necessário que cada geração transmita o fato passado para que possa inserir nova vida em uma tradição comum. O ato narrativo, na medida em que é possível sua elaboração e apropriação, constrói um sentimento de identidade coletiva do grupo e um sentimento de pertencimento dos indivíduos. (CANDAU, 2012, p.23)

Observa-se que no cenário atual as pessoas com deficiência encontram forças nas ações pela legitimidade do movimento, na luta pelo reconhecimento cidadão, na constituição da unidade do grupo, na disposição de maior participação social e política, que caracterizam atuações mais proativas na atualidade.

Portanto, reconhecer a legitimidade deste movimento, quanto à identidade e à diferença, é indispensável para se compreender as antinomias referentes aos direitos humanos, principalmente pelas contradições inerentes ao sistema capitalista e a gama de preconceitos que dissemina. Desta forma, é importante entender os movimentos sociais enquanto construções de caráter coletivo, que lutam por uma sociedade justa e com direitos iguais, absolutamente inclusiva.

Garantia do direito e proteção social

Partindo do que já vínhamos discutindo, as pessoas com deficiência ficaram por um longo período em abstenção na sociedade brasileira, marcadas pela invisibilidade social e das políticas públicas. Ao revisitarmos os marcos históricos, percebemos que há uma forte influência da conceituação de deficiência construída no paradigma positivista, com uma caracterização da identidade deste grupo, notadamente funcionalista. A priori, as pessoas com deficiência eram legitimadas e estigmatizadas apenas pelo “eu” deficiente, não sendo observados aspectos externos, que desafiavam o estado à elaboração de políticas públicas. Esta perspectiva é evidente na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes lançada pela Organização das Nações Unidas, em 1975, que dispõe no seu artigo primeiro:

O termo pessoa deficiente refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social “normal”, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1975, p.1)

Como já observado, tal definição ignora as barreiras que bloqueiam o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, não atentando para aspectos como a acessibilidade arquitetônica, econômica, social, atitudinal e de informação. Outra barreira observada por essa conceituação é o caráter de assistencialismo, que acaba por enfatizar a exclusão social como um mecanismo capitalista de reprodução social, principalmente em países periféricos e subdesenvolvidos, que se distancia da política pública como um legítimo

direito.

Tal conceituação ainda é resquícios das instituições criadas no século XIX, visando a caridade e a assistência às pessoas com deficiência, não fazendo uma correlação lógica ao que se configurava uma política pública, uma vez que a efetivação da democracia, quanto da cidadania, tinha seus passos bastante dificultados, o que contribuía para uma distorção dos direitos civis, políticos e sociais, impregnada por um moralismo herdado da velha sociedade feudal.

A caridade organizada não está voltada como ação planejada, frente à contradição estrutural da sociedade capitalista. A natureza de seu discurso sobre a pobreza e miséria com suas consequências é marcada por uma visão político-ideológica construída sobre elementos morais (REZENDE & CAVALCANTI, 2008, p.30).

Em meados dos anos de 1975, após o surgimento da primeira sociedade Pestalozzi em Minas Gerais, com a criação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Rio de Janeiro, desenha-se um novo cenário, pautando-se objetivos diferentes das instituições voltadas para pessoas com deficiência, que ultrapassassem as limitações do cuidado, da reabilitação e da assistência filantrópica ou caritativa.

Desta forma, nas décadas de 1970 e 1980, a Legião Brasileira de Assistência – LBA cria e estrutura um programa de “atenção aos excepcionais”, onde se passou a ter um olhar interdisciplinar sobre as deficiências, passando a priorizar ações da área do serviço social, terapia ocupacional e até mesmo da pedagogia enquanto escola especial.

Até a efetivação dos primeiros passos dados pelo estado na direção das pessoas com deficiência, há um processo que não se pode esquecer da “invisibilidade à convivência social, houve uma longa trajetória representada pelas medidas caritativas e assistencialistas, que mantiveram as pessoas com deficiência isoladas nos espaços da família ou em instituições de confinamento” (MAIOR, 2017, p. 30).

Ao final dos anos de 1970, quando a conceituação de deficiência toma novo significado, eleva-se a visão da sociedade sobre um modelo de deficiência não mais do campo (bio) médico, mas consubstanciado num modelo social, no qual é observado os meios de interação entre as pessoas com deficiência e a sociedade.

O modelo social visa à transformação das condições existentes mediante políticas públicas inclusivas. Segundo Sasaki, no modelo social de deficiência cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (SASSAKI, 2003).

Tal definição coincide com o período de abertura política, com vistas à superação do regime ditatorial iniciado em 1964, o que culminou no surgimento do movimento político das pessoas com deficiência.

Na década de 1980, as conquistas mais importantes correspondem à atuação no processo constituinte, quando não se permitiu uma cidadania separada para as pessoas com deficiência e sim a inserção dos seus direitos nos diversos capítulos da Constituição de 1988, conforme desejo dos ativistas do movimento (MAIOR, 2017, p. 31).

A Constituição Federal de 1988, é apenas um dos marcos garantidores de proteção social para as pessoas com deficiência, marco este, fruto de um crescimento unificador deste grupo que não se eximiu de exigir os seus direitos de civis, econômicos, políticos e sociais. Entretanto, sabemos que a modificação de toda uma cultura construída, galgada na lógica capitalista da produtividade e do mercado, necessita de qualificadas e permanentes práticas para modificá-la. Os desafios dos movimentos sociais de pessoas com deficiência persistem e as lutas pelo reconhecimento de direitos são diárias na sociedade e em todas as instituições do aparelho estatal, inclusive a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há cerca de quatro décadas, os movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência vêm conquistando feitos expressivos no contexto da sociedade brasileira. Marcado inicialmente pela setorização, esse grupo considerado como a maior das minorias, sentia-se impotente e encontrava dificuldades de unir sua massa heterogênea. Só então, quando a luta se fez movimento foi possível fomentar uma potencialização social e política.

Estigmatizados pelas conceituações, o movimento buscou se impor quanto a necessidade de reconhecimento de identidade, de luta e de participação social para construção da cidadania em meio ao enfrentamento à lógica produtivista do capitalismo na sociedade brasileira.

Desta feita, o processo de redemocratização após a ditadura militar, abre as portas para a ascensão dos movimentos sociais em todo o território nacional. As estratégias utilizadas pelo movimento de pessoas com deficiência trouxeram expansão e implicações plausíveis para as lutas coletivas e individuais do grupo.

Hoje, podemos constatar o quanto o movimento social de pessoas com deficiência cresceu e se consolidou, assim como seu legado à formulação de políticas públicas, direitos cidadãos, autonomia e contextos de vida independente. Mas, observamos de forma oposta a este cenário, a persistência da negação do direito, a exclusão, o capacitismo e a intolerância. E isto significa que há muita luta a ser desenvolvida para debelar preconceitos e transcender os obstáculos concretos postos e impostos pela sociedade. Faz-se necessário, expandir informações sobre os direitos, disseminar a luta do movimento, amplificar as demandas à toda

sociedade, ampliar as ações políticas com vistas a implicação geral da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL - *Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Proclamada pela Assembleia Geral, 1975. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 02/06/2024.

CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Sociedade, Educação e Cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2007.

JANNUZZI, G. M. CAIADO, K. R. M. *APAE: 1954 A 2011 – Algumas Reflexões – 1ª ed.* Coleção: Polêmicas do nosso tempo. Autores Associados. 2013. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica MEC/INEP – 2020. Brasília, DF: MEC/ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.

MAIOR, I. *Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos*. Brasília, DF, 2017. P. 30 e 31. Acessado em 02/06/2024.

REZENDE, Ilma e CAVALCANTI, Ludmila F. *Serviço Social e Políticas Sociais*. 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA Ed., 2003.

SILVA, T. T. A Produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. São Paulo: Cortez, 1999.